

PROBLEMA EM ELEVADORES CAUSA TROCA DE ACUSAÇÕES

Mateus Simões sugere que houve propina na construção da sede do governo. PSDB rebate. Com o defeito nos equipamentos, maioria dos servidores terá de ficar em home office

THIAGO BONNA

Após suspender ontem o expediente para os servidores que trabalham nos edifícios Minas e Gerais na Cidade Administrativa devido a problemas nos elevadores, o vice-governador Mateus Simões (Novo) responsabilizou e acusou de propina os políticos que inauguraram a sede oficial do governo de Minas Gerais em 2010. O conjunto de edifícios foi idealizado, construído e inaugurado durante a gestão do então governador Aécio Neves (PSDB), que esteve no cargo entre 2003 e 2010. A Executiva do PSDB de Minas Gerais rebateu as falas do vice, afirmando que a atual secretária de Planejamento e Gestão, Luisa Barreto (Novo), faria parte do governo à época e chamou a gestão de Romeu Zema (Novo) de "oportunistas".

"Precisamos falar em responsabilização. É inadmissível que os agentes públicos e políticos que eram responsáveis por essas obras obviamente também os agentes privados de execução não sejam responsabilizados por terem deixado a população comum e os servidores civis e militares em risco durante tanto tempo", afirmou Simões em coletiva para a imprensa.

O governo afirma que parecia encontrar uma série de problemas estruturais realizados durante a construção de dois edifícios, tanto no Minas, como no Gerais. "É uma obra muito malfeita, uma obra que não apresenta um padrão de construção, uma obra que não foi feita segundo o projeto. É ridículo quando a gente nota as fotos tiradas do fosso dos elevadores que o projeto não foi seguido", afirmou Luisa Barreto, que era filiada ao PSDB até o fim de 2022.

Em nota, o PSDB de Minas Gerais classificou as declarações do vice-governador Mateus Simões como "levianas e irresponsáveis" e que a "atual gestão de Minas Gerais se especializou ao longo do tempo em transferir responsabilidades". "Se o vice-governador tem qualquer dúvida sobre a qualidade ou a lisura dessa obra ou de qualquer outra entre tantas que realizaram os governos do PSDB em Minas, sugerimos que consulte a atual secretária de Planejamento do Governo Zema, que participou das administrações tucanas e acompanhou de perto todo o complexo processo de implantação da Cidade Administrativa", afirmou. Os tucanos afirmaram ainda que o governo Zema buscou politizar o tema por não ter realizações para apresentar e sugeriu "mais trabalho e menos oportunismo" à atual gestão.

Simões acusou os responsáveis pelas obras de estarem preocupados com o recebimento de propina e em superfaturar a obra e não com a



SEM ELEVADORES, MILHARES DE SERVIDORES DA CIDADE ADMINISTRATIVA TERÃO DE TRABALHAR EM CASA

segurança dos funcionários públicos estaduais. "Quem deveria ter tomado conta da entrega dessas obras lá atrás não se preocupou com a questão da segurança. Estavam tão preocupados com o recebimento de propina e com superfaturamento desses prédios, e eu vou repetir isso porque há um acordo de leniência assinado pela construtora confirmando que houve superfaturamento. Não se preocupou em garantir a segurança de elevadores que transportam atualmente mais de 8 mil pessoas todos os dias", esbravejou. O vice-governador disse que a delação acabou em um acordo que envolveu aproximadamente R\$ 100 milhões aos cofres públicos. O processo, diz, está com o Ministério Público de Minas, em sigilo.

PANE

Desde novembro de 2023, quando uma pane elétrica atingiu todos os elevadores no prédio Minas, ex-coto o privativo do Secretário de Saúde, que também apresentava avarias, o governo mineiro contratou uma empresa de forma emergencial para reparar os aparelhos. Devido à urgência da obra, a prática foi realizada sem licitação. Na época da panfletação um servidor de 66 anos, que trabalhava na Diretoria de Infraestrutura Física e Engenharia da Secretaria de Saúde, morreu após passar mal ao subir 13 andares de escadas.

"Se o vice-governador tem qualquer dúvida sobre a qualidade ou a lisura dessa obra (...), sugerimos que consulte a atual secretária de Planejamento do Governo Zema, que participou das administrações tucanas e acompanhou de perto todo o complexo processo de implantação da Cidade Administrativa"

TRECHO DA NOTA DO PSDB



"É inadmissível que os agentes públicos e políticos que eram responsáveis por essas obras e obviamente também os agentes privados de execução não sejam responsabilizados por terem deixado a população comum e os servidores civis e militares em risco durante tanto tempo"

Mateus Simões (Novo)
Vice-governador

Já neste ano, a empresa selecionada acabou desistindo de prosseguir com o contrato, alegando "dificuldades internas em cumprir as obrigações estipuladas". A posição acendeu um alerta no governo, afirmou Simões, que realizou perícia, envolvendo a Secretaria de Infraestrutura, perícia técnica da Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Luisa Barreto afirmou que a manutenção dos equipamentos, normalmente, não seria suficiente para identificar problemas na edificação, mas que uma perícia, que não deveria existir naquele local, acabou chamando a atenção dos responsáveis. "A manutenção dos elevadores se dá em relação à mecânica dos elevadores, mas mesmo na verificação da máquina, que é feita constantemente, foi percebido essa poeira que indicou um problema de construção, que não é um problema dos elevadores", explicou.

O PSDB disse em nota que a responsabilidade por manutenção correta das obras é das administrações que se sucedem à frente do Estado e que "há 14 anos, depois de análise de todos os órgãos de fiscalização" a obra foi entregue em pleno funcionamento.

HOME OFFICE

Devido aos problemas com os elevadores, o governo optou por colocar os servidores

dos dois prédios em trabalho remoto. Aos que não vivem essa opção, seja por questão de atividade ou por alguma deficiência, por exemplo, o primeiro e o segundo andares serão adaptados para acomodar os que precisam estar no local presencialmente. São 54 elevadores totais na Cidade Administrativa e todos os elevadores apresentam algum tipo de vício", disse Luisa Barreto.

A secretária apontou que o custo da obra ainda será confirmado durante o processo licitatório, mas, no mês abril, foi estimado que seriam necessários cerca de R\$ 20 milhões para reparar os elevadores. O prazo de entrega também está indefinido, mas "há uma perspectiva de que o conserto ocorra até o final do ano. Os outros dois prédios que compõem a Cidade Administrativa, o Palácio Itadentes e o prédio Alterosas, terão suas atividades mantidas normalmente.

Procurado pelo EM, o ex-governador e deputado federal Aécio Neves preferiu não se manifestar sobre as acusações. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3